

UM CASO MAL RESOLVIDO: OS SETE POVOS DAS MISSÕES E O JULGAMENTO DE 1759.

Rodrigo Ferreira Maurer¹

Ronaldo B. Colvero²

Resumo: Os anos posteriores à assinatura do Tratado de Madri (1750) não foram de grandes êxitos para as reduções orientais do rio Uruguay; pois as mesmas passaram a conviver com situações inusitadas; tais como: informações forjadas, calúnias, desconfiança, dúvidas e angustias. Situações que marcariam para sempre as vidas dos guaranis missioneiros, dos jesuítas e de quem mais estivesse participando da mística “Sete Povos das Missões”. Ao mencionar a frase “Sete Povos das Missões”, muitas vezes acabamos levando a um compreensão equivocada sobre o referido assunto; uma vez que, passamos a interpretação de um espaço harmônico e de grande cumplicidade entre os povos que dele participavam; situação que não existiu na prática, como podemos observar pelo Julgamento de 1759. Este julgamento é um marco porque registra o que cada redução almejava, bem como, a interpretação de um povo para com o outro. Assim, podemos mencionar o espaço das missões entre os anos subseqüentes ao Tratado de Madri, como um espaço em constante tensão e divergências, aspecto que acabou influenciando decisivamente para a decadência do projeto jesuítico nos Sete Povos das Missões. Tais situações foram encontradas na Coleção de Pastells, através de uma seqüência de documentos que tem por título: Declaraciones de nuevos testigos índios de cada uno de Los Siete Pueblos. Estes documentos representam o desgaste entre tais reduções, contemplando sobretudo, certos assuntos que ainda eram considerados incógnitas sobre o período colonial na região das missões.

Palavras chave: Sete Povos das Missões, Geopolítica, Fisiologismo, Julgamento.

Por muito tempo, acreditou-se na hipótese de harmonia e cumplicidade entre os Sete Povos das Missões Orientais do rio Uruguay³. Ainda hoje é possível encontrar esta compreensão em certas obras ou pesquisas científicas; situação totalmente equivocada por quem assim interpreta.

A redução foi à maneira (método) de empreender a Missão; em suma “Missão por redução” que é o projeto global de catequização espanhola. Nas “Leyes de Índias” há um projeto de redução, porém na historiografia da América Espanhola existem muitas reduções. (NEUMAN, 1996, p. 50)

Desta forma, não podemos relacionar uma redução como parâmetro para as demais, pois assim estaremos cometendo um erro de interpretação do que realmente foi o processo de catequização implantado pela Companhia de Jesus na América Meridional, entre os

¹ Mestrando em História Regional na Universidade de Passo Fundo. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior - CAPES Brasil. Professor graduado em História licenciatura-plena pela Universidade da Região da Campanha - Urcamp -São Borja. Pesquisador voluntário da Casa da Imagem e Memória (CIM), Urcamp - São Borja. Atuou como pesquisador voluntário do Iphan no ano de 2006, no Projeto Missões do Brasil; em um convênio da URI Santo Ângelo e Instituto Andaluz (Sevilha/Espanha). ferreiramaurer@bol.com.br

² Doutor em História das Sociedades Ibéricas e Americanas na PUCRS. Professor titular da Universidade da Região da Campanha – Urcamp – São Borja. Professor da PUCRS, campus de Uruguiana. ronaldo@rpssystemas.com.br

³ Os Sete Povos Missioneiros foram resultados da segunda ocupação da Companhia de Jesus no espaço que hoje compreende as regiões noroeste e fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul. Deste processo, surgiram: São Nicolau (1687), São Miguel (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Borja (1690), São Lourenço (1691), São João-Batista (1698) e Santo Ângelo (1706).

séculos XVII e XVIII. Deste processo surgiram trinta povos; dos quais cada qual possuiu valores, sentimentos e interpretações próprias conforme as suas necessidades e interesses.

Podemos denotar esta condição a partir do momento que passamos a acompanhar os anos subseqüentes do processo da Guerra Guaranítica; para ser mais direto; a partir da batalha de Caiboaté. Sobre esta batalha, Carlos Teschauer, (2002, p. 483) afirma: “Os pueblos que participaram desta desgraça, foram Santo Ângelo, São João, São Miguel, São Lourenço, São Luis, São Nicolau, Conceição (“La Concepcion”!!), Mártires e Santa Maria, a Maior”.

Esta citação de Teschauer é de grande interesse para quem pesquisa a história das antigas reduções orientais do rio Uruguay; pois o mesmo apresenta um dado pelo menos intrigante. Dos chamados Sete Povos das Missões o único a não participar da batalha foi justamente aquele que era considerado para a época uma referência miliciana; no caso a redução de São Francisco de Borja⁴. Nesta linha RABUSKE (1985, p. 129) afirma: “Certo que possamos dizer que felizmente os “borjistas” não marcaram presença nem participação em Caibaté no dia 10 de fevereiro de 1756. Chegaram, porém ao lugar depois do combate”.

Este (des)comprometimento da redução de São Francisco de Borja para o com a batalha, já foi interpretado sob vários sentidos e em várias épocas, contudo ainda hoje é possível o surgimento de novas hipóteses, das quais apresentaremos aquela que é nosso objeto de estudo já a algum tempo.

A desconsideração promovida por São Borja à milícia guarani comandada pelo então índio missioneiro Sepé Tiarajú, resultou na decadência e posteriormente no rompimento dos pequenos laços harmônicos que poderiam existir entre os povos das missões.

Contudo, esta adversidade já vinha se alastrando desde a assinatura do Tratado de Madri em 1750, ano que deu início a seqüência de situações e fatos atribuídos ao povo de

⁴ Em vários documentos é possível encontrar a redução de São Francisco de Borja, como uma referência miliciana. Esta condição se deve muito por três questões: a primeira porque São Borja havia sido fundado em uma zona de fronteira; situação que acabamos identificando como o “centro conversor das missões”; justamente por ter integrado um espaço que interligava o espaço oriental do rio Uruguay bem como o espaço ocidental do mesmo. A segunda questão se refere a passagem de Irmão José Brazanelli pela redução de São Borja entre os anos de 1696 a 1705. Brazanelli além de ter sido o projetista/arquiteto do Templo da redução; encarregou-se em ensinar as táticas de defesa para o referido povo. Já a terceira questão diz respeito aos ataques que a redução sofreu constantemente dos índios Guenoas em sua redução. Situação esta terminada em 1708, através de uma batalha entre ambos. Sobre esse caso ver: SEMPÉ, Moarcy. O oitavo povo das missões orientais do Uruguai. In: Anais do IV Simpósio Nacional Missioneiro

São Borja. Estes objetivaram intensamente desgastar a imagem da referida redução, a fim de criar um sistema de reação adverso à mesma. Entretanto o empenho passou a ser maior entre os anos de 1753 a 1756.

Em junho de 1753, o comissário espanhol Andonaegui e Altamirano enviavam às Missões avisos importantes. O objetivo desses avisos era pressionar a mudança que deveriam ser feita até 15 de agosto do corrente ano, caso contrário seria declarada guerra aos Sete Povos. As cartas eram dirigidas a todos os jesuítas e seis curas dos seis povos, porque já haviam conseguido a obediência da Missão de São Borja. (GOLIN – 1998, p. 268)

O fato de não auxiliar na batalha de Caiboaté registra uma questão de escolha, pois São Borja comprovou através desta atitude o seu inconformismo com a situação que lhe foi produzida e assim aceita pelos demais povos missioneiros. Na realidade a sua adversidade em relação aos demais povos da banda oriental do rio Uruguai já vinha ocorrendo de forma clara a, pelo menos, três anos antes da batalha. Entretanto esta adversidade não partiu de São Borja, pelo contrário, ela surge pelos demais povos missioneiros; estes, motivados por informações que lhes chegavam de maneira destorcidas, com a intenção de criar um clima de animosidade na região em foco.

Esse período foi marcado por uma intensa troca de correspondência entre jesuítas, autoridades peninsulares e os Guaranis. A elite letrada das missões, através dos índios principais, externaram seu ponto de vista por escrito, procurando anular ou impedir a execução desse tratado. (NEUMANN, 2004, p. 93).

Durante este processo exaustivo e de inúmeras intenções, não era difícil criar-se um fato que pudesse prejudicar qualquer tentativa de resistência ou contrariedade.

Torna-se evidente que tais ações epistolares dos guaranis, foram incentivadas e sacramentadas, devido às observações que por eles foram feitas entre o ano de 1752, período onde as trocas dos jesuítas de postos (missões), tornaram-se comuns.

Estavam alguns Guaranis, estabelecendo uma linha de fronteira, definindo aliados e rivais, ocasião em que procuravam salvaguardar sua territorialidade, mesmo que para tanto fosse necessário reconhecer a presença portuguesa. (NEUMANN, 1996, p. 110).

Contudo, Quevedo (2001, p. 80) faz referência, “os guaranis não lutavam contra a monarquia. Reagem à perda de suas terras, que, segundo eles, lhes haviam sido dadas por Deus.” Com a assinatura do Tratado de Madri, estabeleceu-se o processo de transmigração, que na prática significava o abandono das reduções pelos guaranis em conjunto com os

inacianos. Estes deveriam fixar-se em outras terras, preferencialmente distante à região que se encontravam até o momento; no caso a região missioneira.

Todas as reduções orientais manifestaram sua insatisfação às ordens de transmigração, mas a oposição mais radical ao Tratado de Madri partiu dos índios de duas reduções: São Miguel e São Nicolau. [...] Nestas duas reduções a orientação pautada no passado encontrou maiores condições de interpelação junto à população missioneira, pois os índios percebiam uma relação de continuidade na maneira de representar o seu inimigo histórico. Esta possibilidade decorria da própria situação colonial e do sub-sequente *processo de territorialização* que se fez mais incidente nas reduções orientais, particularmente em São Miguel e São Nicolau. (NEUMAN, 2000, p. 91).

Para fins de registro histórico e de cronologia, a Batalha de Caiboaté é sempre empregada como a ultima resistência da milícia guarani frente à execução do Tratado de Madri, contudo tal embate foi um dos vários que compuseram o processo da Guerra Guaranítica. Como leciona Golin (1998, p. 587), “Ao todo foram trinta e nove enfrentamentos, entre emboscadas, guerrilhas, furtos, embates localizados e combates em campos de batalha.”.

Por todo o processo desencadeado pela Guerra Guaranítica, é evidente a formação de uma imagem de união idealizadora, afinal de contas, a mística missioneira e o projeto reducional encontravam-se próximos da destruição no período sobreposto. Entretanto, por não ter existido esta união entre as reduções, a sua derrota foi inevitável.

Tentar reconstituir os fatos ligados à Guerra Guaranítica sob a ótica mais formal de enfrentamento entre nacionalidades distintas é, na verdade, incidir em erro de origem, pois o que ocorreu foi à rebeldia de um grupo de súditos espanhóis contra as disposições de um acordo de limites entre a sua coroa – a espanhola – e a nação vizinha (CAMARGO, 2001, p. 65).

A historiografia platina por muito tempo repassou a Guerra Guaranítica como um exemplo libertário na América; fato esse equivocado, uma vez que cada redução possuiu seu entendimento próprio referente aos assuntos em que estavam acontecendo no seu cotidiano. Concordamos, entretanto, que a resistência guarani possuiu motivos e convicções; porém não de conformidade geral.

Antes que se faça qualquer tipo de avaliação, a Guerra Guaranítica deve ser vista como o resultado de um processo evolutivo que se desenvolveu conforme as negligências praticadas por certos representantes ibéricos a partir de 1750.

Evidentemente que, a partir do tratado de Madri (1750), começa a delinear-se uma ruptura brutal das relações Estado-Jesuítas, acentuada pelo discurso antijesuítico dos governos ilustrados. [...] Após o tratado de Madri, lastimavelmente, não se tem mais um guarani robusto, sadio e trabalhador, mas um homem transformado em pária, reagindo à condição imposta, recusando-se a trabalhar, com pouca saúde e furtando gado das estâncias. (QUEVEDO, 1997, pp. 14/15).

As informações destorcidas e os fatos criados contribuíram decisivamente para o desgaste na região das missões, contudo, esta tática acabou favorecendo a união entre portugueses e espanhóis no episódio da Guerra Guaranítica.

Pela primeira vez Portugal e Espanha conjugavam esforços para colocar em prática um Tratado decidido na península Ibérica e que alterava a geopolítica colonial em suas possessões ultramarinas. A reação indígena foi de dupla ordem: escrita e armada. [...] Como as reivindicações dos índios principais não foram atendidas, esses decidiram pela insurreição armada, e em 1754 eclodia uma rebelião colonial conhecida na historiografia como Guerra Guaranítica. (NEUMANN, 2004, p. 95).

Sobre o processo da Guerra Guaranítica e da batalha de Caiboaté, não restam mais dúvidas; porém devemos atentar para o grau de flexibilidade da redução de São Borja, situação que registrar-se-ia em 1759 através do julgamento⁵. Porém antes de apresentarmos o julgamento propriamente dito, se faz necessário ilustrar o registro do decreto feito por José Andonaegui, meses após a batalha; uma vez que, através deste registro muitas situações foram lembradas, o que faz crer que este documento foi utilizado como base para instauração em 1759.

As que o povo de São Borja assinou foram do seguinte teor:

Neste Povo de São João, aos 19 dias do mês de junho de 1756, apareceu em presença de mim, don José Andonaegui, Tenente General do Rio da Prata e das Missões Orientais e Ocidentais do Rio Uruguai, o Revdo. Pe. Jaime Mascaro, da Companhia de Jesus, Cura do Povo de São Borja, um dos que, em virtude do Tratado feito entre Suas Majestades Católicas e Fidelíssima, devem entregar-se à Coroa de Portugal, dizendo que, por terem chegado os índios daquele povo ao conhecimento do atentado cometido em retardarem o cumprimento das ordens reais, por seu intermédio, em nome de todos, pedia perdão o cabildo que está presente, dispondo-se a cumprir a vontade régia.

E, como em vista do verificado, a clemência do Rei se dignará de considerar por bem esta minha disposição, determinei conceder-lhes o indulto solicitado, com a condição de que o dito cabildo, em voz e nome de todo aquele Povo, haverá de observar inviolavelmente o que lhes mando, e é como segue:

⁵ Salientamos deste já, que este julgamento de 1759, foi feito na redução de São Francisco de Borja, justamente por ter sido a única redução a não ter participado do levante.

1º Que as armas, artilharia e munições, que tiverem em seus armazéns, as entreguem a mim dentro de 15 dias.

2º Que nem por si sós, nem unidos com os índios dos outros Povos, de nenhuma maneira se hão de opôr a estes exércitos; antes pelo contrário, ao que o intentar, hão de entrega-lo a mim, para que eu o castigue em sua qualidade de rebelde a seu legítimo Rei e Senhor natural.

3º Que imediatamente hão de começar com a mudança para a banda ocidental do Uruguai, sem levar consigo outra coisa que os víveres necessários para a manutenção de suas famílias no caminho, acolhendo-se estas ao Povo que o Superior das Missões lhes destinar, até que se assinale para elas o terreno, em que irão estabelecer o seu Povo.

4º Que, pedindo-se-lhes gado ou outros víveres (mas somente haveriam de levar o que fosse estritamente necessário para a viagem ?!), destinados para a subsistência destes exércitos, terão de entregá-los sem repugnância nenhuma.

5º Que o dito cabildo há de jurar por Deus e um sinal de cruz, como esta +, de que não violará nem fará coisa contrária ao disposto, mas ao que direta ou indiretamente se lhe opuser, entregá-lo-á a mim, para eu o castigar, como a réu de lesa-majestade, como a pena que corresponde a tamanho delito.

E havendo-o traduzido, em nosso idioma, o dito Pe. Cura Jaime Mascaró, a nós, o Corregedor Fernando Tucú, Tenente Patrício Cunnamanha (Cuñamaña), Alcaide Romualdo Ibaraza, Regidores Inácio Abera, Francisco Chemangue, Comissário Francisco Abaeraqua e Secretário Pedro Inácio Ibaraza, o que nosso capitão General nos manda, não somente juramos a Deus Nosso Senhor e a um sinal de cruz como esta +, que a submissão que fazemos, é verdadeira, senão que também prometemos sob o mesmo juramento, de cuja gravidade estamos inteirados, que o havemos de cumprir em tudo e por tudo. E, para que conste, firmamos isto os que sabemos assinar e os que não (o sabemos) com um cruz, juntamente com Sua Excelência e o dito Padre Cura. (ESCANDON, S/D, pp.368/369).

Este registro de Escandón foi muito importante para a nossa pesquisa, pois a partir dele passamos a procurar informações que comprovassem o envolvimento dos personagens mencionados acima e que fizeram parte da redução de São Francisco de Borja. Por felicidade, acabaríamos encontrando uma seqüência de documentos, dos quais mencionariam mesmo em 1759 a participação destes indivíduos nos assuntos referentes à redução borjista⁶.

Julgamento de 1759: a irresponsabilidade amenizada e a confirmação do povo conversor.

Acintosamente o ano de 1759, apresentar-se-ia para a história como o ano em que as reduções missioneiras, oficializaram as suas indiferenças enquanto povos da costa oriental

⁶ Estes foram os casos de Fernando Tucú e Romualdo Ibaraza.

do rio Uruguai. Estes fatos ficaram expostos quando das declarações de certos guaranis missioneiros que habitavam e conviviam no espaço das antigas reduções.

Tais situações foram encontradas na Coleção de Pastels, através de uma seqüência de documentos que tem por título: *Declaraciones de nuevos testigos indios de cada uno de Los Siete Pueblos*. Estes documentos apresentam perfeitamente os desgastes promovidos a partir da assinatura do Tratado de Madri na região missioneira; pois contempla, sobretudo certos assuntos ainda considerados incógnitas do período estudado.

Ao trabalhar com esta documentação tornou-se possível perceber o quanto foi difícil, o (re)estabelecimento diplomático/harmônico entre os guaranis missioneiros no espaço missioneiro, pós Tratado de Madri e Batalha de Caiboaté. Este fato apresenta-se como um exemplo cabal do que vieram a ser ou foram as reduções antes e pós confirmação do Tratado: reduções que compreendiam o espaço missioneiro como um espaço de disputa e de poder; particularizando assim interesses distintos e isolados.

As conseqüências deste processo colocam em voga uma abordagem inovadora até então, que contrasta com a interpretação de união e unidade entre os chamados Sete Povos Missioneiros. Sobre este ainda ficam exibidas as temáticas, costumes e procedimentos de certos povos, registrando sobremaneira, vários posicionamentos: parcialidades, sentimentos, política e acima de tudo a falta de unidade já mencionada.

Existiram objetivos distintos por partes das reduções. De uma boa parte existiu a necessidade de manter-se constante ao espaço sagrado missioneiro; o Tape. Por outro, existiu a mesma necessidade; porém por outra interpretação; ou seja o de continuar preservando o própria redução unicamente e especificamente; repassando o entendimento de um espaço vivo diplomaticamente; contudo avarento a um projeto coeso.

Estava entre velado nas pesquisas científicas o assunto da existência de um modelo político próprio nas missões enquanto um espaço de atuação; porém ao se deparar com documentos de tal envergadura como este; podemos perceber nitidamente a existência de uma tática política muito utilizada nos dias de hoje; conhecida por fisiologismo.

Logicamente não este fisiologismo que estamos cansados de acompanhar na política viciosa contemporânea; mas um fisiologismo próprio que se apresentava conforme os anseios e disposições necessárias de cada povo; objetivando de tal maneira desconsiderar as

determinações reais bem como as temáticas religiosas. Situações estas que contribuíram demasiadamente para a formação do espaço platino a partir de 1761.

Este é o prisma que faltava para delimitarmos e comprovarmos na prática os posicionamentos destes povos no contexto social e político para as questões que deveriam ser de interesses coletivos e não unitários.

Para tanto segue:

DECLARACIONES DE INDIOS DEL PUEBLO DE SAN MIGUEL⁷.

– En 29 del mismo mes y año declaró don *Ignacio Arete*, de sesenta y ocho años de edad, natural de San Miguel y cacique, que desde de 1752 hasta 1754 fue alguacil mayor, en 1755 alférez real y desde 1756 hasta hoy alcalde mayor, y dijo que tiene noticias de los indios de los siete pueblos de la banda oriental del Uruguay, pero que los sublevados no fueron todos, sino algunos de cada pueblo, y estos de corta capacidad y juicio. Que en 1752 el P. Bernardo Nusdorffer, Superior de Misiones, habia ido por los siete pueblos haciendo saber a sus individuos la orden del Rey, para que se mudasen, la cual orden repitió varias veces al pueblo su Padre cura, Diego Palacios, con eficaces exhortaciones a su cumplimiento, y todos, como fieles vasallos del Rey, la abrazaron por entonces, por lo cual mandó prevenir dicho Padre cura carretillas y lo necesario para el transporte, despachando luego efectivamente la mitad de las familias, en compañía del P. José Gracia, al sitio destinado para su nuevo establecimiento, que es la tierra de Valdés. Que habiendo llegado a la estancia de San Antonio se detuvieron allí para hacer nueva provisión de yerba y otros viveres para lo restante de tan dilatada marcha. Que para este efecto se dividieron de las familias algunos indios al yerbal llamado Caagua, los cuales, concluída su faena y volviendo con la yerba a juntarse con los suyos, encontraron cuatro portugueses, que les dijeron que ellos habian de venir a recibir todas las viudas, muchachas y muchachos de los siete pueblos que les habian prometido los Padres, conforme decia una carta que traía, que esta noticia, esparcida entre los suyos por dichos yerbateros, fue bastante a que desistiesen de su marcha y determinasen volver a su pueblo, sin poderlos contener dicho P. Garcia, a quien precisaron a volver atrás. Que llegados a su pueblo y reprendidos ásperamente por su Padre cura, se sosegaron algún tanto y emprendieron segunda vez la marcha las mismas familias al sitio de San Antonio, conducidas del mismo Padre cura; que a este tiempo llegaron a Santa Tecla las partidas demarcadoras de España y Portugal, con cuya noticia Felipe Zubay, con algunos otros indios de los transmigrantes, fueron a verse con los españoles y portugueses, y volviendo después a incorporarse con los suyos esparcieron entre ellos que habían sabido de los suyos esparcieron entre ellos que habían sabido de los portugueses que los Padres les habían vendido a ellos sus tierras y sus pueblos por una gran cantidad de dinero y que cuanto les decian los Padres de la orden y mandato del Rey era falsedad y engaño de los mismos; que con esta noticia, alborotados segunda vez y perdiendo el respecto a su Padre cura con palabras y acciones, se descompusieron con él, obligándole a retroceder al pueblo, en donde, sin obediencia ya, se arrojaron sobre los almacenes donde, sin obediencia ya, se arrojaron sobre los almacenes donde tenían sus viveres y armas, amenazando al mismo tiempo a los indios de razón que se mantenían por parte del Rey y los Padres que si se movian a embarazar sus intentos los habían de matar. Que en este tiempo era ya corregidor de su pueblo el capitán Cepé, que a la sazón se hallaba en la estancia recogiendo

⁷ O inquérito do povo de San Miguel ocorreu do dia 29 de Setembro a 02 de outubro de 1759, em um total de 09 (nove) depoimentos.

ganado, y saliendo del pueblo los levantados fueron a unirse con el' y otros varios indios de los siete pueblos, con intento de oponerse a los españoles, con quienes tuvieron un encuentro en Caibaté, donde murieron muchos indios y el mismo Cepé, en el paraje que llaman Guacacay, que con estas noticias familias obedientes al Rey que quedaron en el pueblo, temerosas de que los españoles las maltratasen, determinaron desamparar su pueblo y retirarse a sus estancias, llevándose consigo a los Padres para que les asistiesen con la doctrina y demás ministerios cristianos. Que habiendo entrado los españoles en su pueblo y continuando después la comunicación de estos con algunos indios, observaron el buen trato que les hacían los españoles, por lo cual, desengañados muchos y entre ellos el declarante, se presentaron y el Gobernador de Montevideo dispuso que fuesen conducidos los presentados a la banda occidental del Uruguay. Que el motivo de la rebelión fueron las falsas noticias que los portugueses dieron a los indios que lleva nombrados; que los Padres de la Compañía en nada de lo sucedido tuvieron parte, que desde niños con la doctrina cristiana les enseñan la obediencia y veneración a su Rey para su transmigración, con trabajo y constancia en su pueblo y los demás. Que Felipe Zubay fue muerto en Caibaté con otros muchos indios.

DECLARACIONES DE INDIOS DEL PUEBLO DE SAN LUIS⁸ -

En 3 del mismo mes y año declaró *Francisco Chacal*, de cincuenta y cinco años de edad, natural de San Luis, Procurador hasta 1756, en que tuvo el cargo de Corregidor, Dijo que en 1752, así el P. Superior Bernardo Nusdorffer como el P. Cura Inocencio Herver, les hicieron saber la orden del Rey para su mudanza, la cual aceptaron con toda resignación; y prevenidas las carretillas y demás necesario para un dilatado viaje, emprendieron la marcha al sitio destinado para su nuevo establecimiento en el río Miriñay; pero que los infieles les salieron al camino y obligaron a volverse al pueblo, con gran sentimiento del Padre Cura, quien, sin embargo, les hizo salir segunda vez en mayor número y llegaron al paraje de su población, de donde, hostigados de los infieles, que les amenazaban de muerte a ellos y a los Padres, se vieron precisados a volver a su antiguo pueblo, en que se mantuvieron quietos y prontos a obedecer, siempre que faltase el estorbo que se lo había impedido; y en este estado se mantuvieron hasta que, por unas malignas voces originadas de los portugueses y esparcidas entre los indios se, inquietaron los ánimos de algunos de su pueblo, diciendo que los españoles y portugueses venían a esclavizarlos y quitarles sus hijos y mujeres, por lo que, y convocados de los Miguelistas, salieron de varios pueblos algunas proporciones de indios, y del declarante como unos 100, a oponerse a los españoles, sin que su Padre Cura ni los Padres de los otros pueblos pudieran contenerlos, por más vivas diligencias que para ello hicieron. Que llegados a San Miguel los españoles con su Capitán General, dicho Padre Cura, con el declarante y otros del Cabildo, pasó a darle la obediencia, y por su orden empezaron a transmigrarse las familias a esta banda occidental del Uruguay.

Que aquellas malignas voces originadas de los portugueses y esparcidas por los Miguelistas, fueron las causa de que algunos de su pueblo que las creyeron se alborotasen. Que los Padres siempre los exhortaron a la obediencia que le debían al Rey en lo que se les mandaba.

DECLARACIONES DE INDIOS DEL PUEBLO DE SAN NICOLÁS⁹ -

⁸ Do povo de San Luis são 07 (sete) depoimentos. Os mesmos foram escutados entre os dias 02 a 04 de outubro de 1759.

En dicho día, mes y año declaró *D. Felipe Penieyú*, de sesenta y tres años de edad, natural de San Nicolás, cacique, y ha sido alcalde mayor y que ahora es teniente de corregidor. Dijo que sabe la desobediencia de algunos indios de los siete pueblos situados en la parte oriental del Uruguay; que en su pueblo fueron todos sabedores el año de 1752 por el Padre Superior Bernardo NUSDORFFER de la orden de Su Majestad para que se mudaran y dejaran sus tierras, cuya orden fue también explicada varias veces por su Padre Cura Tux, exhortándolos a la obediencia y cumplimiento, en el que todos conformes dejaron a su Padre cura la disposición y prevenciones necesarias para su transmigración, por lo que mandó hacer muchas carretillas interin pasaba el mismo en persona con el Cabildo a ver el sitio que habían de ocupar, quedándose el en el pueblo durante su ausencia con el encargo de su gobierno, en cuyo intermedio los indios infieles de paz comunicaron a los de su pueblo la noticia de que los portugueses les habían dicho venían a hacerse dueños de sus tierras, de todos sus bienes, mujeres e hijos, porque los Padres los habían vendido; y que era incierto lo que se originó grande alboroto entre los indios por dar crédito a estas falsas voces, donde empezaron a perder la obediencia al Rey y a lo que los Padres les decían en este punto, en cuya confusión y desbarato llegó su Padre cura, y viéndolos en este alzamiento esforzó de nuevo en el pulpito lo que ya tenía hecho muchas veces para que se dispusieran a ejecutar su marcha al nuevo destino, que venía de ver, y apartalos del error en que estaban impresos por aquellos indios infieles, que lo no tenía remedio se había de ejecutar. Todo fue en vano, pues no hicieron caso e indujeron a otros para que no creyeran a los Padres. En este tumulto y confusión vivieron hasta la llegada de los españoles, la que dio motivo a que con más vigor esparcieran en el pueblo de que su Rey no mandaba tal cosa y que se habían de oponer a los que intentasen apartarlos de la defensa de sus tierras, en cuyo tiempo llegó una carta al pueblo del capitán Cepé, avisando a los levantados para que sin detención salieran a unirse con él, como lo hacían los de los otros pueblos, de que resultó partir varios caciques con parte de sus vasallos a incorporarse con los dichos, y hechos todos un cuerpo se opusieron a los españoles y tuvieron la función en Caibaté, donde fueron derrotados los indios, con muerte de muchos, y entre ellos los caciques de su pueblo y el capitán Cepé, de cuya resulta muchos de los fugitivos se abrigaron por las chacras hasta que los españoles llegaron a San Miguel; que inmediatamente que lo supieron se desparramaron por toda la campaña. Que el resto del pueblo se mantuvo quieto con su Padre cura hasta que el General de España dispuso su trasmigración a esta parte occidental. Que los autores de la rebelión de su pueblo fueron los indios infieles y el capitán Cepé. Que los Padres no tuvieron la menor culpa, antes fueron en su pueblo y en los demás ultrajados, perdiéndoles el respecto muchas veces por predicarle con un Crucifijo en la mano la obediencia que habían de tener a su Rey, y amenazados con la muerte por querer apartarlos de sus arrojos, en cuyo trabajo incesantemente estuvieron empleados, como en que se hiciera la trasmigración, que no fue posible su ejecución, por impedirlo la obstinación de los rebeldes. Añade que un capitán español que venía con una partida a su pueblo, estando hablando con ellos en paz, unos indios levantados le mataron a traición, y que los dichos indios, en la fuerza de rebelión de su pueblo, intentaron matar al corregidor, lo que hubieran hecho a no haberlo impedido el Padre y el Cabildo, a costa de haber padecido muchos ultrajes y tropelía.

DECLARACIONES DE INDIOS DEL PUEBLO DE SAN BORJA¹⁰ -

⁹ Do povo de S. Nicolas foram registrados 09 (nove) depoimentos. Do dia 05 a 08 de outubro de 1759.

¹⁰ Sobre o inquérito que envolvia os representantes da redução de São Francisco de Borja, foram registrados ao total 08 (oito) depoimentos entre os dias 08 e 09 de outubro de 1759.

En 8 del mismo mes y año declaró *Fernando Tucú*, de cincuenta y un años, de San Borja, que hasta 1754 fue Alcalde Mayor, y desde este año hasta hoy es Corregidor. Dijo que sabe que varios indios de los seis pueblos orientales del Uruguay fueron desobedientes al Rey, pero que ninguno del suyo de San Borja lo fue, porque habiéndoles hecho saber la orden de Su Majestad en 1752 el Padre Francisco Marinón, su Cura, después de haber dispuesto lo necesario para su viaje y reconocido el terreno para la nueva población en el Queguay hacia la costa del Uruguay, marcharon la mayor parte de las familias a disponer ranchos y una capillita lo que empezado a hacer, en este intermedio los infieles les precisaron a abandonarlos y volverse a su antiguo pueblo, de donde con nuevas prevenciones volvieron a salir enderezando su marcha de la otra parte del Ibicuy en la estancia de su pueblo, en cuyo sitio volvieron a formar un nuevo pueblecito, manteniéndose en el pasado un año, y al cabo de el volvieron de nuevo los infieles a hostigarlos y arrojarlos, viéndose precisados, sin poder o remediar, a dejarlo y restituirse a su antiguo pueblo; malográndose el trabajo que habían tenido; en cuyo estado se mantuvieron sosegados hasta fines de 1756, esperando permitiese el tiempo ocasión de cumplir la orden del Rey. Que en esta situación, con la venida de los españoles, el capitán Cepé escribió tres cartas a su pueblo, pidiéndole a él indios para defender sus tierras, pues se hallaba en animo por si y con otros varios indios de los demás pueblos a impedir la entrada de los españoles y oponerse a ellos, cuyas cartas despreció, sin hacer caso de lo que contenían, y de esta forma lograron no tener en su pueblo el menor disturbio, a lo que ayudó la eficacia y celo de su Padre Cura, impidiendo enteramente la comunicación con los demás pueblos hasta que supieron que los españoles habían llegado a San Miguel, donde determinó enviar dicho Padre al Maestre de Campo con 50 indios a dar la obediencia al Gobernador, de quien trajeron orden para transmigrarse a esta parte occidental, como en efecto hizo, quedando en el pueblo de Santo Tomé. Que ha oído decir que el autor del levantamiento fue el capitán Cepé, como deja ver por las cartas que a su pueblo y a los demás envió, induciéndoles a la guerra contra los españoles. Que sabe con certeza el mucho trabajo que los Padres tuvieron en apartar a los levantados de sus intentos y traerlos a la obediencia del Rey, lo que intimaban a los indios por todos los medios posibles y en los púlpitos con un crucifijo en la mano

En el mismo día declaró *Romualdo Ibaraza*, de cincuenta y ocho años, Alférez Real de San Borja. Dijo que muchos indios de los seis pueblos se unieron para oponerse a los dos ejércitos, pero que en su pueblo no ha habido alboroto alguno, aunque puede ser que algunos pocos indios de él se hayan mezclado con los alzados de otros. Que por los Padres se es intimó la orden del Rey para su transmigración y pasaron luego a establecerse en el Queguay, y después en tierras de su propia estancia, donde se mantuvieron un año; pero que de uno y otro paraje los despoblaron los infieles, obligándolos a retirarse a su antiguo pueblo, del cual pasaron a de Santo Tomé, conforme a la orden que el Gobernador dio a su Padre Cura cuando en compañía de su Cabildo, fue a darle la obediencia al pueblo de San Miguel. Que el capitán Cepé anduvo por los pueblos juntando gente para oponerse a los españoles, por lo cual su Padre Cura del declarante les prohibió toda comunicación con el y sus secuaces; que en todos los pueblos, después de la publicación del Real mandato, se empeñaron los Padres en que se cumpliese, amonestando pública y privadamente a los indios la obligación que a elle tenían, pero que los frustraron sus esfuerzos, propasándose muchas veces a faltarse de palabra y amelándolos con la muerte si no desistían de su empeño.

Conclusão

Por este julgamento ficou registrada a intenção, bem como os valores de uma época, ou seja, amenizar os erros ibéricos e escolher um culpado, no caso o líder do levante: Sepé

Tiaraju. Em contrapartida para o “Projeto Madri”, dava-se por encerrado todo um processo de averiguação dos envolvidos. Desta forma ao encontrar “os infratores”, o mesmo acabou isentando-se do fardo da responsabilidade. Uma vez que se fez necessário, o reconhecimento por parte dos sobreviventes das missões, do (s) verdadeiro (s) culpado (s) do seu declínio.

Contudo, não podemos desconsiderar um fator de fundamental importância, para formalizar a problemática do processo reducional da banda oriental do rio Uruguai: Isolando São Borja, os demais povos, estiveram imbuídos na resistência pela conservação dos seus espaços. E isto de certa forma, foi o que os diferencio em relação à redução borjista.

Por tanto, quando referirmos algo em busca das compreensões missioneiras dos séculos XVII e XVIII, devemos sempre lembrar que muitas questões mantiveram-se incompreensíveis também para a época. E estas respostas poderão ser solucionadas somente pelo esmero e prática daqueles que um dia almejam alcançar certa parcela destas inquietações, circunstancia que talvez possa auxiliar estes documentos.

Ao ter contato com os mesmos podemos interpretar como se desenvolveram na prática as ações políticas da Companhia de Jesus no período sobreposto. Podendo inclusive referi-las como resultados de um projeto geopolítico previamente estudado, acrescentando ai à necessidade de efetua-lo no espaço denominado de Sete Povos das Missões; porém cada povo com a sua intenção, valores e principalmente, seus interesses.

REFERÊNCIAS

Fontes e series documentais:

ANAIS Simpósios Nacionais Missioneiros.

ANAIS Simpósio Nacional de História, 2007.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL- (AHRGS)

CENTRO DE CULTURA MISSIONEIRA - (CCM)

INSTITUTO ANCHIETANO DE PESQUISAS/UNISINOS

BARRAL, G. A. Rebeliones em la América española. Madri: Mapfre, 1992.

DOCUMENTOS para La História Argentina – Tomo XX. Cartaz Anuas de la província del Paraguay, Chile e Tucuman, de la Compañia de Jesús. Buenos Aires: Talleres SA, 1929.

ESCANDÓN, Juan. História da Transmigração dos Sete Povos Orientais.

PASTELLS, Pablo. História de La Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil). Tomos I a VIII. Madri, Libreria General de Vistoriano de Preciados, 1912.

SEPP, Anton. 1655-1733. Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos apostólicos. São Paulo, Martins, Ed. Universidade de São Paulo, 1972.

Bibliografia Contemporânea:

ANDRIOTTI, Décio. Os compositores do Padre Sepp. Anais X Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros. Santa Rosa: UNIJUI, 1994.

AVÉ- LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul (1858). São Paulo: EDUSP, 1980.

BAGUET, A. Viagem ao Rio Grande do Sul/ A. Baguet. Santa Cruz do Sul: EDUNISC; Florianópolis: PARAULA, 1997.

BESCHOREN, Maximiliano. Impressões de Viagem na Província do Rio Grande do Sul, (1875/1887). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.

BOFF, Claudete. A imaginária Guarani: O acervo do Museu das Missões. Santo Ângelo: EDIURI, 2005.

BRUXEL, Arnaldo. História da transmigração dos Sete Povos Orientais. PESQUISAS, São Leopoldo, Instituto Anchieta, 1982.

CAMARGO, Fernando. O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.

COLVERO, Ronaldo. Negócios na madrugada: o comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.

CUSTÓDIO, Luis Antonio Bolcato. Missões Jesuíticas Arquitetura e Urbanismo. In: Memorial do In: Memorial do Rio Grande do Sul. Caderno de História, nº21.

FLORES, João Rodolpho Amaral. A vila de São Borja (1834-1887) numa conjuntura de transição: História sócio-econômica e geopolítica. Dissertação de mestrado. UNISSINOS, 1996.

FLORES, Moacyr. Colonialismo e Missões Jesuíticas. EST. Instituto de Cultura Hispânica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1983.

GAY, Cônego João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguai_ (desde o descobrimento do Rio da Prata até os nossos dias, ano de 1861.) 2ª ed. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

GRAELL, Francisco. O passado missioneiro no diário de um oficial espanhol/ Francisco Graell; tradução: Alba Olmi. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

GOLIN, Tau. A Guerra Guarânica: Como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. A Fronteira: Governos e Movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina. LePM, Porto Alegre, 2002.

GOMES, Roselene e QUEVEDO, Júlio. São Nicolau. Porto Alegre: Martins Livreiro Ed. 2003.

HANSEL, José. História dos Sete Povos das Missões. Livraria Missioneira, santo Ângelo, Rio Grande do Sul, 1950.

HARTMANN, Olmiro E., Pe. Missões na fronteira oeste. Indústrias Gráficas Shneider Ltda. Cerro Largo – RS, 1969.

ISABELLE, Arsene. Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

KERN, Arno Alvarez. O “Modelo Político” das Missões Jesuíticas. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Canoas, Ed. LASALLE, 1985.

KERN, Arno Alvarez. Ações evangelizadoras e culturais de missionários portugueses e espanhóis no Rio Grande do Sul do Brasil. Braga: Congresso Internacional de História_ Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, 2º vol. 1993.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5ª ed. Campinas/ São Paulo. Ed. UNICAMP, 2003.

LUGON, Clóvis. A República comunista cristã dos guaranis.

MAURER, Rodrigo. In Artigo: Redução de São Francisco de Borja: a expressão da função política da Companhia de Jesus a leste do Rio Uruguai. Revista do I Seminário Cultura e Memória –São Borja, dezembro de 2007.

NEUMANN, Eduardo. O trabalho guarani missioneiro no rio da Prata colonial (1640/1750). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

_____. Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental – 1680/1757. Revista Complutense de Historia de América, Madrid,2000.

OLIVEIRA, J.: Uma etnologia dos “índios misturados”. Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. MANA 4: 1998.

O’Malley, John W. Os primeiros jesuítas. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS; Bauru, SP: EDUSC, 2004.

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. Fronteiras, violência e criminalidade na Região Platina. O caso do município de Alegrete (1852-1864). Dissertação de Mestrado, UNISSINOS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1954.

QUEVEDO, Julio. As missões jesuítico-guaranis em tempo de despotismo esclarecido, século XVIII. In: Anais do IX Simpósio Nacional de Estudos Missionários, 1991.

QUEVEDO, Julio e FILHO, Carlos César Bento. Povoados Missionários e Identidade Regional. In: Rio Grande do Sul - Aspectos da Cultura. Harry Rodrigues Bellomo (Org). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

QUEVEDO, Julio. Rio Grande do Sul. Aspectos das Missões (em tempo de despotismo esclarecido). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

QUEVEDO, Julio Guerreiros e Jesuítas na Utopia do Prata. Bauru/ SP: EDUSC, 2000.

RABUSKE, Pe. Arthur. O povo de São Borja entre os anos de 1750 e 1757. In: Anais do V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. Canoas, Ed. LASALLE, 1985.

RILLO, Apparício Silva. São Borja em perguntas e respostas. Monografia histórica e de costumes. Coleção Tricentenário,1982.

RILLO, Apparício Silva e O'DONNELL, Fernando O.M. Populário são-borjense. Ed. Nova Prata, São Borja, 2004.

RISSOTTO, Lusi Rodolfo Gonzales y GONZALEZ, Susana Rodrigues Varese. Guaranies y paisanos

RODRIGUES, Claudio Oraindi. São Borja e sua História_ Coleção Tri-Centenário, nº 1. 1982.

SAINT-HILAIRE, August. Viagem ao Rio Grande do Sul. Martins Livreiro, 1997.

SEMPÉ, Moarci Matheus. O Padre Francisco Garcia e a fundação de São Francisco de Borja. In: Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Santa Rosa, 1979.

SEMPÉ, Moarcy. São Francisco de Borja. O primeiro dos sete povos. Coleção Tricentenário, 1982.

_____. As festas reais de São Borja em 1760. In: Anais V Simpósio Nacional de Estudos Missionários. LASSALE, 1985.

SEVERAL, Rejane da Silveira. A Guerra Guaranítica: POA: Martins Livreiro, 1995.

_____. Jesuítas e Guaranis face aos impérios coloniais ibéricos no rio da Prata. Revista de História Regional 3 (1): Verão 1998.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso. As Missões Orientaes e seus antigos domínios. Porto Alegre, Typografia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SUSTERSIC Bozidar, El “insigne artífice” Jose Brasanelli. Su paticipacion en la conformacion de un nuevo lenguaje figurativo en las misiones jesuíticas-guaranies . Universidad de Buenos Aires. Argentina (artigo)

_____, El Hermano José Brasanelli y las Posibilidades de la Reconstrucción de su Trayectoria Biográfica y Artística. In Anais do XI Simpósio Nacional de Estudos Missionários- Santa Rosa, Ijuí, ED. UNIJUÍ, 1997.

TEN CATEN, Odécio. Forma(s) de governo nas reduções guaranis. Porto Alegre. Ed. Sergio Antonio Fabris. S/D.

TESCHAUER, Pe. Carlos. História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos. UNISSINOS, 2002.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. Rio Grande do Sul: Geografia Física e Vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

VIEIRA, Alexandre. Pensamento político na Guerra Guaranítica. Justificação e resistência ao absolutismo ibérico no século dezoito. (tese de doutorado- UFSC- Florianópolis, julho de 2005).